



Tema:
**"OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO
NA UNIMEP"**



21º Congresso de Iniciação Científica

FUNÇÃO SOCIAL X DIREITO DE PROPRIEDADE: ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Autor(es)

ARTHUR KAPTEINAT LIMA

Orientador(es)

FERNANDA CRISTINA COVOLAN

Apoio Financeiro

IC/UNASP

Resumo Simplificado

No Brasil, vive-se em um país rico, mas extremamente desigual, é sabido. As mais recentes pesquisas da ONU e do IBGE quantificam e demonstram uma realidade que, às vezes, para muitos, passa despercebida, ou representa apenas um incômodo visual: milhões de seres humanos neste país se encontram em situação de miséria extrema, muitos deles vivendo em aglomerados subnormais a derredor. Grande parte da sociedade a tudo isso observa indiferente enquanto busca a consecução de interesses individuais, esperando, talvez, que um milagre econômico, ou que Estado, de alguma forma, solucione o problema desses infortunados. Ocorre que o Direito, enquanto justiça, tem por função atuar para transformar essa realidade, não tutelando interesses egoísticos em detrimento do bem comum, todavia, sem fazer desaparecer o indivíduo em meio à sociedade, mas objetivando proporcionar a cada ser existência digna e condições concretas de ascender. Para tanto, deve-se buscar a concretização multidimensional dos direitos humanos, atentando-se para o fato de que estes se encontram adensados em torno de um núcleo essencial e, portanto, jamais poderão ser efetivados de forma segmentada. Assim, em um caso concreto, não se pode admitir a supressão de qualquer uma de suas dimensões, mas, através da fraternidade universal, devem-se harmonizar eventuais conflitos. Nesse contexto, muitas vezes se contrapõem os direitos fundamentais de propriedade e de moradia, essenciais à cidadania. O objetivo deste trabalho é analisar a adequação da decisão judicial proferida no caso pinheirinho – um caso emblemático de reintegração de posse em um terreno pertencente à massa falida de uma empresa que ilustra o conflito entre interesses individuais e coletivos – às necessidades e aos anseios sócio-jurídicos e econômicos da população brasileira, bem como verificar se existe construção teórica alternativa. Para isso, a decisão retromencionada é comparada a outras análogas. A pesquisa toma por base dados estatísticos e analisa a literatura já publicada, principalmente na forma de reportagens, livros, artigos de periódicos científicos, teses e dissertações. Utiliza do método de investigação dialético e, como auxiliar, emprega a lente do capitalismo humanista como marco teórico mais adequado à solução da tensão entre liberdade e igualdade, capaz de equilibrar interesses econômicos e sociais, contribuindo, assim, para a concretização dos direitos humanos em todas as suas dimensões e da justiça social. As conclusões do trabalho apontam que a ideologia que embasou a referida decisão não é adequada às necessidades e aos anseios sócio-jurídicos e econômicos do povo brasileiro e que seu reflexo na sentença avilta os avanços realizados no campo dos direitos humanos, suprimindo suas dimensões ao considerar apenas os direitos individuais, não atentando para o desequilíbrio horizontal desses direitos e agredindo o princípio da dignidade da pessoa humana.